



Justiça Federal em Pernambuco

**PROCESSO SELETIVO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS DO QUADRO DE
ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR DA JUSTIÇA FEDERAL EM
PERNAMBUCO (JFPE) E SUAS RESPECTIVAS SUBSEÇÕES**

CADERNO DE PROVA

Dia: 19 de agosto de 2012

Prova: Direito

Leia com atenção:

01. Só abra este caderno após ler todas as instruções e, quando for autorizado pelos fiscais de sala.
02. Preencha seus dados pessoais no quadro abaixo.
03. Autorizado o início da prova, verifique se este caderno contém 40 questões.
04. Todas as questões desta prova são de múltipla escolha, apresentando como resposta uma alternativa correta.
05. Assinale a resposta de cada questão no corpo da prova e, só depois, transfira os resultados para a Folha de Respostas.
06. Confira, na sua Folha de Respostas, todos os seus dados impressos.
07. Para marcar a Folha de Respostas, utilize caneta esferográfica de cor azul ou preta. A marcação é definitiva, não admitindo rasuras e, em nenhuma hipótese, ela será substituída.
08. Não risque, não amasse, não dobre e não suje a Folha de Respostas, pois isso poderá prejudicá-lo.
09. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião, nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo da prova. Cabe única e exclusivamente, ao candidato, interpretar e decidir.
10. Conforme item 7.12 do Edital:
É facultada ao candidato, após o decurso de 03h (três horas) da aplicação das provas, a transcrição de suas respostas, registradas no documento oficial (Folha de Respostas), para um formulário específico, denominado Folha de Cópia de Respostas, a ser entregue pela equipe de fiscalização.



NOME: _____	SALA: _____
INSCRIÇÃO: _____	IDENTIDADE: _____
	ORGÃO/UF: _____

REDAÇÃO – RASCUNHO

TEMA / TÍTULO DA REDAÇÃO:

Direitos humanos e Inclusão Social: fontes para o desenvolvimento

1. _____

2. _____

3. _____

4. _____

5. _____

6. _____

7. _____

8. _____

9. _____

10. _____

11. _____

12. _____

13. _____

14. _____

15. _____

16. _____

17. _____

18. _____

19. _____

20. _____

21. _____

22. _____

23. _____

24. _____

25. _____

26. _____

27. _____

28. _____

29. _____

30. _____

REDIGIR:

- Uma dissertação argumentativa;
- Em prosa;
- Ser fiel à temática;
- Obedecer às leis vigentes de ortografia;
- Ter coesão e coerência ao expor as ideias;
- Atender ao limite de linhas (25 a 30 linhas).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Acerca dos fundamentos da República Federativa do Brasil, aponte a letra que corresponde aos fundamentos elencados no artigo 1º da Constituição pátria de 1988:
 - a) Pluralismo político; garantia do desenvolvimento nacional e independência dos Poderes.
 - b) Dignidade da pessoa humana, pluralismo político e construção de uma sociedade livre justa e solidária.
 - c) Independência dos Poderes erradicação da pobreza e pluralismo político.
 - d) Dignidade da pessoa humana, soberania, e cidadania.
 - e) Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; garantia do desenvolvimento nacional e pluralismo político.
2. Indique, nas alternativas abaixo, os princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais, dispostos no artigo 4º da Carta Constitucional de 1988.
 - a) Autodeterminação dos povos; independência nacional e redução das desigualdades sociais e regionais.
 - b) Promoção do bem de todos, cooperação entre os povos e concessão de asilo político.
 - c) Prevalência dos direitos humanos, independência nacional e cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
 - d) Concessão de asilo político, defesa da paz e promoção do bem de todos.
 - e) Solução pacífica dos conflitos, promoção do bem de todos e não intervenção.
3. No que diz respeito à Organização do Estado, indique a alternativa correta.
 - a) Os Estados podem incorporar-se entre si, mediante a aprovação da população diretamente interessada, através de referendo e do Congresso Nacional, por lei complementar.
 - b) Compete aos Estados explorar, diretamente, ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.
 - c) Compete privativamente à União legislar sobre direito econômico.
 - d) O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingindo o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.
 - e) São bens pertencentes aos Estados, os recursos naturais da plataforma continental.
4. A respeito das regras constitucionais sobre a Administração Pública, aponte a opção correta.
 - a) Somente por lei específica pode ser autorizada a instituição de empresa pública.
 - b) O prazo de validade do concurso público será de 01 (um) ano, prorrogável uma vez, por igual período.
 - c) O direito de greve dos servidores públicos será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar.
 - d) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
 - e) O servidor público, ocupante de cargo na Administração Pública, quando no exercício do mandato de vereador, deverá optar pela sua remuneração.
5. Acerca do Poder Judiciário, assinale a afirmativa certa.
 - a) A lei complementar, de iniciativa do Congresso Nacional, disporá sobre o estatuto da magistratura.
 - b) É obrigatória a promoção do juiz que figurar por duas vezes consecutivas em lista de merecimento.
 - c) Nos tribunais, com número superior a 25 (vinte e cinco) julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de 11 (onze) e o máximo de 25 (vinte e cinco) membros, para exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais

- delegadas da competência do tribunal pleno.
- d) Aos juízes é vedado exercer a advocacia no juízo do qual se afastou, antes de decorridos dois anos do afastamento do cargo por exoneração.
- e) O STF compõe-se de 11 (onze) Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de 35 (trinta e cinco) e menos de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, bacharéis em Direito e de reputação ilibada.
6. Como órgão de cúpula do Judiciário, o Supremo Tribunal exerce papel extremamente relevante na manutenção do Estado Democrático de Direito. Indique abaixo a matéria de competência deste Tribunal.
- a) Processar e julgar, originariamente, as causas e os conflitos entre a União e os Estados.
- b) Processar e julgar, em grau de recurso, o litígio entre Estado estrangeiro e o Distrito Federal.
- c) Processar e julgar, originariamente, nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal.
- d) Processar e julgar, em grau de recurso, os *habeas corpus* decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais.
- e) Processar e julgar, originariamente, a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias.
- estatal objetiva aplicar o direito ao caso concreto.
- b) A atividade jurisdicional tem como uma de suas notas características a inércia, da qual se pode extrair o princípio da congruência.
- c) O princípio da aderência também é conhecido como princípio da investidura.
- d) O princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional determina que um dado órgão jurisdicional só pode atuar nos limites de sua jurisdição.
- e) Na chamada jurisdição voluntária, busca-se a aplicação do direito a um conflito de interesses.
8. A ação é o direito público subjetivo de provocar a atuação da atividade jurisdicional. No que é pertinente à temática, é correto afirmar.
- a) O direito de ação é autônomo, mas se confunde com o direito material pleiteado.
- b) A legitimação conjuntiva ocorre quando, para o mesmo caso, existir mais de um legitimado extraordinário.
- c) O legitimado extraordinário, por demandar interesse de outrem, não é considerado parte na demanda.
- d) A possibilidade jurídica do pedido é aferida pela previsão deste no ordenamento jurídico.
- e) O momento adequado para a aferição das condições da ação é o do recebimento da petição inicial. Deste modo, fica vedada a sua apreciação a qualquer tempo e grau de jurisdição.

PROCESSO CIVIL

7. Enquanto função estatal, a jurisdição visa à solução de conflitos de interesses postos à apreciação do Estado-Juiz. Conforme leciona Mouzalas "(...) a jurisdição é substitutiva e instrumental, porquanto suplanta a vontade das partes e visa a ser o único meio legítimo de realização do direito". (MOUZALAS, Rinaldo. Processo Civil – volume único. Salvador: JusPodivm, 2011).
- Acerca do tema, indique a alternativa correta.
- a) O escopo político da jurisdição está relacionado ao fato de que esta função
9. Acerca da ação, assinale a opção correta.
- a) Verificando o juiz, ao final da instrução processual, a inexistência de alguma condição da ação, deverá extinguir o processo com a apreciação do mérito.
- b) São chamadas de ações meramente constitutivas as que visam à obtenção de uma declaração judicial a respeito da existência de uma dada relação jurídica ou sobre a autenticidade de um documento.
- c) É admissível ação declaratória, visando a obter certeza quanto à exata interpretação de cláusula contratual.

- d) Sendo o autor parte ilegítima, deve o juiz fixar prazo para a emenda da petição inicial.
- e) Para o réu contestar a ação deve ter interesse e legitimidade.
10. O processo é uma composição de atos tendentes à realização do direito num caso concreto. Analise as alternativas abaixo e indique a proposição correta.
- a) Com relação ao conteúdo, a relação processual distingue-se da relação substancial deduzida em juízo, pois esta se compõe de modo preponderante por poderes jurídicos, enquanto aquela se compõe preponderantemente, de direitos e deveres.
- b) A análise dos pressupostos de validade independe da análise dos pressupostos de existência.
- c) A doutrina é pacífica quanto à enumeração dos pressupostos processuais.
- d) A capacidade de ser parte é a aptidão de exercer por si os atos da vida civil.
- e) A existência de litispendência é apontada como pressuposto processual positivo.
11. Quanto aos atos processuais, assinale a opção correta.
- a) Os atos processuais são exemplos de atos jurídicos subjetivos.
- b) Em regra, os atos processuais dependem de forma determinada.
- c) Salvo do Distrito Federal e nas capitais dos Estados, todas as petições e documentos que instruem o processo, mesmo que constantes de registro público, serão sempre acompanhadas de cópia, datadas e assinadas por quem os oferecer.
- d) Os atos meramente ordinatórios devem ser praticados de ofício pelo servidor.
- e) Os atos processuais realizar-se-ão em dias úteis, das 6 as 18 horas.
12. BUENO define a competência como “a medida da jurisdição, é a quantidade de jurisdição que pode e deve ser exercida pelo juiz em cada caso concreto” (BUENO, Cassio Scarpinella. Curso Sistematizado de Processo Civil – procedimento comum: ordinário e sumário, Vol. 2, Tomo I. São Paulo: Saraiva, 2007). Indique a opção correta acerca do tema.
- a) Em se tratando de matéria de ordem pública, as regras relativas à competência são sempre cogentes.
- b) A distinção entre competência absoluta e relativa só diz respeito à competência de foro.
- c) O Código de Processo Civil pátrio adotou o critério tripartite de determinação de competência proposto por Chiovenda, quais sejam: em razão da pessoa, em razão da natureza da relação controvertida e em razão do território.
- d) As competências definidas em função da pessoa e da matéria são relativas.
- e) Conforme dispõe o Código de Processo Civil brasileiro, o foro do Distrito Federal é competente para as causas em que a União for autora, ré ou interveniente.
13. Como decorrência do princípio do duplo grau de jurisdição, os recursos permitem uma reanálise do pronunciamento jurisdicional. Considerando as afirmações abaixo sobre os recursos no processo civil, aponte a alternativa correta.
- a) Todos os atos judiciais estão sujeitos a recurso.
- b) São admissíveis embargos infringentes contra decisão em matéria constitucional submetida ao plenário dos Tribunais.
- c) É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber, na justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada.
- d) De acordo com o Código de Processo Civil pátrio, o recurso extraordinário e o recurso especial impedem a execução da sentença.
- e) A apelação será recebida em seu efeito devolutivo e suspensivo quando interposta contra sentença que confirmar a antecipação dos efeitos da tutela.
14. Qual o recurso cabível contra acórdão não unânime que tenha reformado, em grau de apelação, uma sentença de mérito?
- a) Embargos de declaração.
- b) Recurso extraordinário.

- c) Recurso especial.
- d) Agravo.
- e) Embargos infringentes.

- d) A corrupção ativa é crime praticado por servidor público contra a Administração Pública em geral.
- e) Para ocorrer a corrupção passiva, necessariamente, é preciso que outro agente pratique a corrupção ativa.

DIREITO PENAL

15. A respeito da aplicação da lei penal, indique a opção correta de acordo com as regras do decreto-lei 2848/40 (Código Penal).

- a) Considerando os princípios que regem o Estado Democrático de Direito e que o Direito Penal é a mais drástica intervenção estatal, as normas penais jamais poderão retroagir.
- b) A lei excepcional, de natureza penal, possui ultratividade.
- c) O princípio da territorialidade foi adotado de modo absoluto pelo Código Penal pátrio.
- d) Por incidência do princípio da extraterritorialidade, aplica-se a lei penal brasileira aos crimes praticados à bordo de embarcações, de propriedade privada que se achem em alto-mar.
- e) Segundo a regra da extraterritorialidade incondicionada, fica sujeito à lei brasileira, embora cometido no estrangeiro, os crimes praticados por brasileiro.

16. Arnóbio Bolinto, servidor público, foi indiciado por ter se apropriado de dinheiro público de que tinha a posse em razão do cargo. Nesta hipótese, Arnóbio deverá responder em juízo por qual crime?

- a) Emprego irregular de verbas ou rendas públicas.
- b) Furto.
- c) Apropriação indébita.
- d) Peculato.
- e) Concussão.

17. Sobre os crimes de corrupção passiva e ativa, aponte a afirmação correta.

- a) O servidor público que, em razão da função que exerce, solicita para si vantagem indevida pratica o crime de corrupção ativa.
- b) A corrupção ativa admite a chamada corrupção subsequente.
- c) A corrupção passiva é crime praticado por servidor público contra a Administração Pública em geral.

PROCESSO PENAL

18. Em matéria de jurisdição e competência, aponte a alternativa correta.

- a) Para a definição do juízo natural, o primeiro critério a ser analisado é o *ratione loci*, ou seja, a competência em decorrência do local onde o crime foi praticado.
- b) Para a definição do juízo natural, o segundo critério a ser analisado é o *ratione personae*, ou seja, a competência em razão do cargo ou função exercido pelo agente.
- c) Para a definição do juízo natural, o primeiro critério a ser analisado é o *ratione materiae*, ou seja, deve-se perquirir se o crime não deve ser apreciado por justiça especializada.
- d) Para a definição do juízo natural, o segundo critério a ser analisado é o *ratione loci*, ou seja, a competência em decorrência do local onde o crime foi praticado.
- e) Para a definição do juízo natural, o primeiro critério a ser analisado é o *ratione personae*, ou seja, a competência em razão do cargo ou função exercido pelo agente.

19. A ação penal é o meio através do qual o Estado se legitima no exercício do direito de punir. Sobre o tema, aponte a afirmação correta.

- a) Dado o seu objetivo, a persecução criminal será sempre de iniciativa pública.
- b) Na ação penal privada, vigora o princípio da indivisibilidade.
- c) Nas ações penais públicas condicionadas, tendo sido oferecida tempestivamente a representação pelo legitimado a ofertá-la, o representante do Ministério Público está vinculado ao oferecimento da denúncia.
- d) Na ação penal pública incondicionada, aplica-se o princípio da oportunidade.

- e) Na ação penal privada, vigora o princípio da indisponibilidade.

DIREITO CIVIL

20. A personalidade civil é conceituada pela doutrina como a aptidão genérica de poder exercer direitos e faculdades nas relações sociais abarcadas pelo direito. No que diz respeito à personalidade e à capacidade, qual a alternativa correta.

- a) A capacidade civil das pessoas inicia com a concepção.
- b) Os viciados em tóxicos são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- c) Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- d) Os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- e) A existência de relação de emprego faz cessar, para os menores, a incapacidade, bastando que tenha 16 (dezesesseis) anos completos.

21. Quanto à classificação da natureza das pessoas jurídicas, o Código Civil brasileiro adota clássica taxonomia. Acerca desta classificação, indique a alternativa correta.

- a) São pessoas jurídicas de direito público interno a União, os Municípios e os partidos políticos.
- b) São pessoas jurídicas de direito público interno os partidos políticos, os Municípios e as organizações religiosas.
- c) São pessoas jurídicas de direito privado as sociedades, as fundações e os partidos políticos.
- d) São pessoas jurídicas de direito público interno as autarquias, os Municípios e os partidos políticos.
- e) São pessoas jurídicas de direito privado as autarquias, as fundações e os partidos políticos.

22. Sobre a disciplina dos bens, indique a opção correta.

- a) O direito à sucessão aberta é considerado imóvel para efeitos legais.
- b) Os materiais, provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem perdem o caráter de imóvel enquanto separados.
- c) Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal abrangem as pertencas, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso.
- d) São consideradas benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.
- e) São bens públicos de uso comum do povo os mares, as estradas e os edifícios destinados a serviço da Administração Pública.

23. O Código Civil atual inova ao utilizar a expressão “negócio jurídico” já anteriormente consagrada pela doutrina. Sobre o tema, indique a opção correta.

- a) O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.
- b) A validade da declaração de vontade dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.
- c) A manifestação de vontade subsiste quando o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou quando dela o destinatário tinha conhecimento.
- d) Os negócios jurídicos benéficos interpretam-se extensivamente.
- e) É nulo o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com ele tratou.

24. Dentre as opções abaixo, indique o prazo prescricional da pretensão para haver prestações alimentares.

- a) 3 anos.
- b) 10 dias.

- c) 6 meses.
- d) 4 anos.
- e) 2 anos.

26. Sobre domicílio tributário, não podemos afirmar:

DIREITO TRIBUTÁRIO

25. Segundo o CTN – Código Tributário Nacional, o crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta. Constituído pelo lançamento tributário, porém ainda passível de modificação, o crédito tributário pode ser suspenso, extinto ou excluído. A respeito dessas três situações pelas quais o crédito tributário pode passar, assinale a resposta incorreta:

- a) Dentre algumas das causas de suspensão do crédito tributário tem-se a Moratória (art. 151, I do CTN). Sua concessão se dará como medida de política fiscal, posteriormente a um evento que venha a diminuir a capacidade econômica do contribuinte, seja em caráter geral ou individual. O poder público, através de lei ou decreto, posterga o prazo normal de recolhimento de determinado tributo.
- b) No caso do contribuinte não adotar nem a suspensão nem a extinção do crédito tributário, poderá sofrer execução fiscal para serem satisfeitos os valores inscritos.
- c) O pagamento é a forma mais comum de extinção, uma vez que, por seu intermédio, ocorre a completa satisfação do crédito tributário, contudo, caberá restituição, no todo ou em parte, se constatado que o tributo não era devido.
- d) Como medida de suspensão do crédito, o contribuinte pode enveredar pelo contencioso administrativo tem-se que, se o sujeito passivo intentar, tão somente, uma ação judicial em que se discuta o crédito dele cobrado, corre o risco de, mesmo assim, ver prosseguir, contra ele, uma ação de execução fiscal, ou seja, a suspensão não ocorrerá.
- e) Para a disciplina das hipóteses de exclusão do crédito tributário, condiciona-se à reserva legal. Os sujeitos passivos, ainda que isentos ou anistiados de certas obrigações principais, estarão obrigados ao cumprimento de obrigações acessórias relativas aos tributos, cujos créditos foram excluídos pelas normas benéficas.

a) O domicílio revela-se como componente que atrai a territorialidade da lei tributária, especialmente no que diz respeito a empresas com filiais espalhadas por vários entes tributantes.

b) A definição de domicílio é de extrema importância prática para a administração dos tributos, pois se trata do local onde as comunicações e as auditorias fiscais são realizadas e onde, normalmente, são arquivados os livros fiscais e a escrita contábil.

c) O fisco deve considerar como domicílio tributário o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos fatos geradores das obrigações respectivas, no caso da situação fática impedir a definição do domicílio pelas regras legalmente estabelecidas.

d) Na falta da eleição, pelo fisco, do domicílio tributário, será considerado como domicílio a residência habitual do contribuinte, ou, se desconhecida ou incerta, o centro habitual de sua atividade.

e) No caso da não eleição do domicílio tributário pelas pessoas jurídicas de direito privado, o fisco o determinará como o lugar da sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento.

27. Na definição do sujeito passivo da obrigação tributária, é correto afirmar:

a) Sujeito passivo da obrigação tributária acessória é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária. Sujeito passivo da obrigação tributária principal é pessoa obrigada às prestações que constituam o seu objeto.

b) O contribuinte é o devedor do tributo. Pode também ser chamado de sujeito passivo direto ou originário. Na maioria dos casos, é também o responsável direto pelo cumprimento da exação, o que só não ocorre quando a lei transfere esse ônus para um terceiro.

- c) O contribuinte é o aspecto objetivo do fato gerador. É a pessoa que, em princípio, praticou a ação descrita como núcleo do fato gerador, aquele a quem pode ser imputada a autoria do fato imponible.
- d) O responsável tributário é figura jurídica de suma importância para a regulação tributária. Poderá ser um sucessor ou um terceiro que, embora não vinculado ao fato gerador, responderá solidária, subsidiária ou substitutivamente pela exação.
- e) A definição do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes será sempre disposta em lei, salvo disposições em contrário, contudo, as convenções particulares, contratualmente acordadas entre as partes, poderão modificar o sujeito passivo perante a relação com o fisco.

DIREITO ADMINISTRATIVO

28. Sobre a nomeação e o exercício em cargo público, assinale a resposta não compatível com a Lei nº 8.112/90:

- a) A nomeação será feita em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira; a nomeação será feita em comissão, inclusive na condição de interino, para cargos de confiança vagos.
- b) O servidor ocupante de cargo em comissão ou de natureza especial poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.
- c) Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de comissão ficará sujeito a estágio probatório por período de 24 (vinte e quatro) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados fatores como assiduidade, disciplina; capacidade de iniciativa; produtividade e responsabilidade.
- d) A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em

concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

- e) Os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de quarenta horas e observados os limites mínimo e máximo de seis horas e oito horas diárias, respectivamente.

29. Dentre as espécies de ato administrativo temos a Permissão. Sobre o tema, podemos afirmar:

- a) A permissão tem natureza contratual;
- b) Trata-se de ato administrativo unilateral, discricionário, precário, gratuito ou oneroso, em que a Administração delega, ao particular, a execução de serviço público ou a utilização de bem público;
- c) A permissão de Serviço Público é a delegação, a título precário, da prestação de serviços públicos à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho. Pelo caráter precário, não deve ser precedida de licitação;
- d) Permissão é uma espécie de contrato administrativo, totalmente submetido ao regime de direito público. Nele, o poder público concedente faculta a alguém o uso de um bem público, ou lhe atribui a responsabilidade pela realização de uma obra pública ou pela prestação de um serviço público, mediante o deferimento da sua exploração econômica.
- e) Tendo em vista que a permissão não tem prazo determinado, poderá o contrato ser revogado, a qualquer momento, por motivos de conveniência e oportunidade, sem que haja qualquer direito à indenização, desde que seja comprovado o interesse público.

30. É cediço que os atos administrativos se diferenciam dos demais atos jurídicos. Essa diferenciação é resultado dos interesses que envolvem as ações dos gestores públicos. Identifique abaixo a resposta incorreta quanto à correspondência dos atributos inerentes ao ato administrativo.

- a) Autoexecutoriedade – através desse atributo, a Administração Pública tem o poder de executar seus atos, independentemente de recurso ao poder Judiciário, desde que a lei o preveja de

forma expressa ou tácita. Neste último, em situações emergenciais em que a inexistência de meio judicial possa trazer lesão de direitos.

- b) Imperatividade – esse atributo determina a obrigatoriedade da licitação para, no exercício de suas funções, a Administração adquirir bens e contratar serviços e obras;
- c) Presunção de Legitimidade – o ato administrativo é legítimo, até prova contrária, cabendo o ônus da prova ao que alega a sua ilegitimidade;
- d) Exigibilidade – os atos realizados pela Administração Pública devem ser cumpridos e observados por terceiros, ou seja, a obrigação criada de forma imperativa pode ser exigida.
- e) Tipicidade – os atos administrativos são tipificados em lei, pois, para cada finalidade que pretender alcançar, deverá existir um ato legalmente definido.

A noção de direitos humanos não experimentou grandes mudanças até o século seguinte com o início das lutas operárias, surgiram novos direitos que pretendiam dar solução a determinados problemas sociais através da intervenção do Estado. Neste processo são importantes a Revolução Russa e a Revolução Mexicana.

Desde o nascimento da Organização das Nações Unidas em 1945, o conceito de direitos humanos se tem universalizado, alcançando uma grande importância na cultura jurídica internacional. Em 10 de dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em sua Resolução 217 A (III), como resposta aos horrores da Segunda Guerra Mundial e como intento de sentar as bases da nova ordem internacional que surgiu após o armistício. Coincidência ou não foi proclamada, no mesmo ano da proclamação do estado de Israel.

Posteriormente foram aprovados numerosos tratados internacionais sobre a matéria, entre os quais se destacam os Pactos Internacionais de Direitos Humanos de 1966, e foram criados numerosos dispositivos para sua promoção e garantia.

Classificação

Em 1979, em uma conferência do Instituto Internacional de Direitos Humanos, Karel Vasak propôs uma classificação dos direitos humanos em gerações, inspirado no lema da Revolução Francesa.

Assim, os direitos humanos de primeira geração seriam os direitos de liberdade, compreendendo os direitos civis, políticos e as liberdades clássicas. Os direitos humanos de segunda geração ou direitos de igualdade, constituiriam os direitos econômicos, sociais e culturais. Já como direitos humanos de terceira geração, chamados direitos de fraternidade, estariam o direito ao meio ambiente equilibrado, uma saudável qualidade de vida, progresso, paz, autodeterminação dos povos e outros direitos difusos. Posteriormente com os avanços da tecnologia e com a Declaração dos Direitos do Homem e do Genoma Humano feita pela UNESCO, a doutrina estabeleceu a quarta geração de direitos como sendo os direitos tecnológicos, tais como o direito de informação e biodireito.

O jurista brasileiro Paulo Bonavides defende que o direito à paz, que, segundo Karel Vasak seria um direito de terceira geração, merece uma maior visibilidade, motivo pelo qual constituiria a quinta geração de direitos humanos.

Disponível em: Wikipédia, *Direitos Humanos*.
(Acesso em 31 de julho de 2012)

As questões de 31 a 37 baseiam-se no texto 1.

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO 1

Direitos humanos

No século XVII e XVIII, filósofos europeus, destacando-se John Locke, desenvolveram o conceito de direito natural. Os direitos naturais, para Locke, não dependiam da cidadania, nem das leis de um Estado, nem estavam necessariamente limitados a um grupo étnico, cultural ou religioso em particular. A teoria do contrato social, de acordo com seus três principais formuladores, o já citado Locke, Thomas Hobbes e Jean Jacques Rousseau, se baseia em que os direitos do indivíduo são naturais e que, no estado de natureza, todos os homens são titulares de todos os direitos.

A primeira declaração dos direitos humanos da época moderna é a Declaração dos Direitos de Virgínia de 12 de junho de 1776, escrita por George Mason e proclamada pela Convenção da Virgínia. Esta grande medida influenciou Thomas Jefferson na declaração dos direitos humanos que existe na Declaração da Independência dos Estados Unidos da América de 4 de julho de 1776, assim como também influenciou a Assembleia Nacional Francesa em sua Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, esta última definiu o direito individual.

31. Evidencia-se no texto:

- Predominância do gênero descritivo, mas, havendo presença de personagens e de discurso direto.
- O caráter didático por conter informações que levam ao conhecimento de determinados assuntos.
- A presença da dissertação argumentativa com silogismos e premissas bem apresentadas, mostrando a influência aristotélica.
- A descrição de elementos da história com o intuito exclusivo de demonstrar a importância dos direitos humanos.
- Uma seleção de datas e de fatos históricos sem embasamento contundente sobre o surgimento dos direitos humanos.

32. Considere as assertivas abaixo:

I – Trata-se de um texto de caráter informativo com argumentação embasada em dados históricos.

II – No século XVIII, o conceito de direitos humanos sofreu grandes transformações, quando, então, surgiram noções de novos direitos.

III – A cultura jurídica internacional atingiu grande importância com a universalização do conceito de direitos humanos, a partir do surgimento da Organização das Nações Unidas em 1945.

IV – No século XX, o conceito de direitos humanos foi ampliado, havendo uma classificação inspirada no lema da revolução francesa.

V – Deduz-se que o enfoque relacionado ao equilíbrio ambiental, situa-se nos direitos humanos chamados de quarta geração.

Está(ão) correta(s) apenas:

- Cinco alternativas.
- Quatro alternativas.
- Três alternativas.
- Duas alternativas.
- Uma alternativa.

33. Quanto à estrutura textual, existe apenas uma alternativa com falha, indique-a:

- Em relação à coerência, percebem-se alguns deslizes ocasionados por ambiguidade e por inadequação vocabular.
- Os elementos coesivos existentes indicam uma abordagem histórica, com diversos valores semânticos indicativos de circunstâncias.
- As normas ortográficas vigentes não estão observadas totalmente, uma vez que há palavras com falhas quanto ao emprego das novas regras de acentuação gráfica.
- A maior parte dos verbos se encontram em formas pretéritas, ora simples, ora compostas

por haver uma progressão com supremacia temporal.

- O texto enfoca elementos baseados na intertextualidade, o que lhe confere maior força argumentativa.

34. “A teoria do contrato social, de acordo com seus três principais formuladores, o já citado Locke, Thomas Hobbes e Jean Jacques Rousseau, se baseia em que os direitos do indivíduo são naturais e que, no estado de natureza, **todos** os homens são titulares de **todos** os direitos.”

Quanto ao emprego dos termos em destaque e suas variantes, observe as alternativas abaixo:

I – Toda a humanidade requer, no atual momento, maior atenção dos governantes em relação ao meio ambiente.

II – Naquela ocasião, todos três filósofos se empenharam em defender os direitos naturais do homem.

III – Todos indivíduos, como seres racionais, deveriam cumprir corretamente seus deveres a fim de poderem exigir seus direitos.

IV – Todas as crianças são sedentas de atenção, de carinho, no entanto, muitas “geradoras”, pois não são mães, verdadeiramente falando, agridem-nas e as maltratam, tolhendo-lhes o direito até de nascer.

V – Aquele cidadão respeita **todo** ambiente. **Possui** o mesmo valor semântico caso o vocábulo **todo** seja posto após o termo **ambiente**.

Estão corretas apenas as alternativas:

- I, II, III e IV.
- I, III e V.
- II, IV e V.
- I e IV.
- II e IV.

35. “...se **baseia** em que os direitos...”

A forma em destaque se encontra em uma forma verbal, passando-a para outra, em um pretérito, cuja ação foi completamente realizada em outro passado, teremos:

- Baseiara.
- Baseara.
- Baseou.
- Baseava.
- Baseiou.

36. “...surgiram novos direitos que pretendiam dar solução a determinados problemas sociais através da intervenção do Estado. Neste processo são importantes a Revolução Russa e a Revolução Mexicana.”

Em relação ao excerto em destaque, todas as assertivas se encontram sem deslize, exceto:

- a) A concordância verbal dos sujeitos pospostos ao verbo se encontra sem falha.
- b) Existe forma verbal simples e perífrase verbal, um exemplo desta é “pretendiam dar”..
- c) Em “**a** determinados ...e **a** Revolução...” os elementos em negrito possuem valor morfológico e semântico idêntico.
- d) A forma verbal “pretendiam” se encontra no plural por concordar com elementos antecedentes.
- e) A forma “são importantes” poderia ser posta no singular, sem haver falha de concordância.

37. “...chamados direitos de fraternidade , estariam o direito ao meio ambiente, uma qualidade de vida, progresso, paz, autodeterminação dos povos e outros direitos difusos.”

Em relação ao excerto, considere as assertivas abaixo:

I - A forma verbal “estariam” possui regência diferente no período: “ Estamos muito satisfeitos”.

II – A palavra “meio” possui o mesmo valor morfológico na oração: “Ele encontrou o meio de ultrapassar os obstáculos.”

III – O sentido de “difusos” não seria alterado, caso o autor tivesse empregado “disseminados”.

IV – Há vírgulas sendo empregadas para separarem elementos de idêntico valor sintático.

V – A palavra “autodeterminação”, sem hífen, está obedecendo às normas ortográficas, como também em “auto-ônibus”, com hífen.

A resposta correta se encontra na alternativa:

- a) Todas estão corretas.
- b) Há somente quatro assertivas corretas.
- c) Existem apenas duas assertivas sem erro.
- d) Nenhuma assertiva se encontra correta.
- e) Há apenas uma assertiva certa.

Texto 2

Inclusão social

[...] A natureza é formada de elementos díspares que se complementam a fim de tornar-se harmoniosa e bela. Assim também somos nós, seres humanos, no labirinto da existência. São as diferenças que formam o todo. Por que então discriminação com seres diferentes de um padrão, que se diz normal?

O estímulo é necessário a todo ser vivo e o carinho, o zelo o complementam, sendo

imprescindíveis, a fim de que haja a empatia para um crescimento mútuo.

Pois, quando uma aura de amor circula a humanidade, esta tende a cultivar o altruísmo, esquecendo as diferenças e vivenciando o mais importante, que é o âmago do ser humano, passível de um crescimento, se alimentado com aquelas forças anteriormente citadas.

Presenciamos “seres diferentes” galgando condições sociais, exercendo funções importantes, quando antes eram postos em segundo plano. Se alguns são limitados em um sentido, em outros, eles estão mostrando ser capazes de superar aqueles chamados “normais” e de classe social mais alta.

Amor implica compreensão e não obstante ainda haver certa limitação para esses seres diferentes, eles estão mostrando de que são capazes de superar dificuldades, complementando o imenso quebra-cabeça, que é chegar à condição de vivência em um mundo harmônico.

(JOSHUA, Lemos, Texto inédito)

Texto para as questões de 38 a 40

38. Existe uma alternativa em discordância com o texto, assinale-a:

- a) O texto de caráter filosófico possui elementos argumentativos e progressão temática.
- b) Os elementos coesivos estão empregados corretamente, não havendo erros no referente à sintaxe.
- c) Há um sentido de o ser humano ser enfocado de maneira igual, embora possua determinadas diferenças passíveis de ser superadas.
- d) O texto sintetiza, no último parágrafo, o pensamento do autor: a construção de um mundo mais pacífico é fruto do amor.
- e) O texto bem explanado pelo autor emprega palavras claras em sentido exclusivamente denotativo.

39. Analise as alternativas abaixo para responder a esta questão.

I – Existem vírgulas separando apenas aposto e oração com valor semântico de tempo.

II – Em “ ...a fim de tornar-se...”se fosse empregado próclise, a oração continuaria correta.

III – “Âmago, íntimo, imo, interior” possuem relação semântica idêntica.

IV – No último parágrafo. a regência do verbo “implicar” está correta, uma vez que , no caso, é transitivo direto.

V – O sinal indicativo de crase em “...chegar à condição...” está correto, assim também se encontra em: “ Responder à questão”.

Estão corretas apenas as alternativas:

- a) I, II, IV e V.
- b) I, III, IV e V.
- c) II, III e IV.
- d) II, III, IV e V.
- e) I, II, III e IV.

40. “...e **não obstante** ainda haver certa limitação para esses seres diferentes...”

Em todas as alternativas se encontram elementos que possuem idêntica relação semântica com termos sublinhados, exceto:

- a) Apesar de sermos seres humanos, muitos indivíduos, orgulhosamente se creem deuses, pisoteando o seu semelhante.
- b) Existe algo superior que enaltece o homem e isto é a humildade, se bem que convivamos, por vezes, com a prepotência de entes que se acreditam imortais.
- c) Malgrado haver ainda discriminação na sociedade, já surgem pessoas que, utopicamente, batalham para que tal situação seja minorada.
- d) Como vivemos em um mundo em evolução, devemos viver em busca de uma metamorfose para nosso aperfeiçoamento.
- e) Se bem que sejamos seres em transformação, algumas vezes nos esquecemos disso e paramos na escalada para o progresso.